

A SEMÂNTICA DO OBJECTO: ASPECTO E DETERMINAÇÃO NOMINAL*

SUSANA PAULA GOMES PEREIRA
FCG / FCT

LUÍS FILIPE CUNHA
(Centro de Linguística da Universidade do Porto)

Com a obra *A Semântica do Objecto: Aspecto e Determinação Nominal*, Susana Pereira centra-se em três temáticas de inegável relevância para os estudos linguísticos: a delimitação e caracterização do conceito de Objecto; o papel que o Objecto desempenha na classificação aspectual da predicação em que ocorre e as correlações que se estabelecem entre os domínios nominal e verbal no que respeita à interpretação final dos enunciados.

Muitas das questões abordadas – como é, por exemplo, o caso do papel desempenhado pela determinação nominal na estruturação aspectual da predicação na sua globalidade ou das ligações entre diferentes domínios da gramática – estão, actualmente, no centro das preocupações e da investigação de um vasto conjunto de linguistas.

Inscrito no enquadramento fornecido pela Teoria das Operações Predicativas Enunciativas (TOPE), desenvolvida, entre outros, por A. Culioli, o presente trabalho não deixa, contudo, de entrar em constante diálogo com diferentes orientações teóricas, procurando explorar a diversidade de concepções e de pontos de vista que subjazem aos temas que nele são considerados.

Ao longo do texto, a autora toma explicitamente a opção por uma análise transcategorial, evitando o estabelecimento de fronteiras claras entre sintaxe, semântica e pragmática. Se uma tal tomada de posição permite um tratamento integrado da enunciação, encarada como uma relação de interdependências dinâmicas e indissociáveis, não deixa, contudo, de levantar, por vezes, alguns problemas no que respeita à elaboração de testes empíricos para a identificação do funcionamento de elementos linguísticos particulares.

A primeira parte da obra é inteiramente consagrada à delimitação e caracterização do conceito de Objecto. Assim, no primeiro capítulo, são

* Pereira, Susana (2009). *A Semântica do Objecto: Aspecto e Determinação Nominal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.

problematizadas as definições de transitividade e de Objecto. Relativamente à transitividade, observa-se a inadequação das abordagens estritamente alicerçadas no léxico, na semântica ou na sintaxe, realçando-se a dificuldade em obter uma definição consensual para este termo. Passa-se, seguidamente, à discussão dos critérios que habitualmente presidem à identificação do Objecto Directo. A autora demonstra a insuficiência de alguns dos testes tradicionalmente utilizados para a caracterização do Objecto Directo, em particular o da passivização, o da ocorrência de participios absolutos, o da comparência de participios em posição predicativa e o da formação de adjetivos em -vel. É igualmente debatida a capacidade de pronominalização acusativa dos SNs com função de Objecto. Como resultado da discussão apresentada, é defendida a ideia de que os critérios formais de base morfossintáctica não permitem estabelecer uma relação estável entre a identificação de um Objecto Directo e a classificação de um dado predicador verbal como transitivo ou intransitivo.

Abordam-se, em seguida, as propostas de análise que dissociam a componente sintáctica e a componente semântica do Objecto, apresentando-se oposições como aquelas que se estabelecem entre Objecto Gramatical e Objecto Lógico ou entre Objecto Directo e Argumento Interno. Reconhecendo a relevância deste tipo de análise para o estabelecimento de testes fiáveis para a identificação do Objecto, a autora observa, contudo, que uma tal tomada de posição conduzirá inevitavelmente à desvinculação entre as noções de Objecto e de transitividade. Neste âmbito, são observados casos em que não existe correspondência directa entre a estrutura argumental dos verbos e a sua realização sintáctica, focando-se, em particular, as construções de Objecto nulo e a possibilidade de ocorrência de Objectos cognatos ou Objectos “sombra”. Como consequência, é colocada a hipótese de que a transitividade ou intransitividade não pode ser associada ao verbo, enquanto item lexical, mas à construção ou ao uso que dele se faz.

No sentido de responder aos problemas colocados pelas propostas de análise anteriormente apresentadas, recorre-se à noção de transitividade escalar. Segundo esta concepção, a transitividade será encarada como “graduável” e o Objecto será identificado a partir de um conjunto de propriedades prototípicas. A transitividade passa a ser entendida como uma realidade “multifactorial”, ou seja, como envolvendo um conjunto de parâmetros que estarão na base da construção de uma escala relativamente à qual as predicções podem ser avaliadas. Como consequência, a transitividade passa a ser definida como uma relação que se estabelece no todo da frase e que, nessa medida, se torna, pelo menos até certo ponto, relativamente autónoma da informação lexical veiculada pelo verbo, encontrando-se, pelo contrário, indissociavelmente ligada à interacção dinâmica que se estabelece entre múltiplos factores interdependentes.

Segundo este ponto de vista, também a caracterização do Objecto deverá ser feita a partir de um conjunto multidimensional de propriedades, constituindo-se uma “zona Objecto” que funcionará, igualmente, como uma escala de avaliação, cujo centro será ocupado pelo Objecto prototípico. A “zona

Objecto” tornará possível estabelecer um feixe de propriedades que, no seu conjunto, irão permitir dar conta dos diferentes tipos de Objectos, facilitando o reconhecimento dos invariantes semânticos que os identificam.

Por fim, e após a discussão das múltiplas dificuldades que as diferentes concepções previamente apresentadas lhe suscitam, a autora opta por uma definição estritamente posicional de Objecto. Nessa medida, adopta a perspectiva segundo a qual o complemento de ordem 1, ou C1, se constitui como um termo que completa um esquema sintáctico associado a um dado verbo, sem que isso acarrete outros tipos de implicações acerca da relação entre ambos. C1 é entendido como uma posição operativa, desprovida de qualquer informação adicional. A identificação do Objecto passa a ser exclusivamente posicional, sem implicações interpretativas ou relacionais; trata-se, por conseguinte, apenas da segunda posição numa relação predicativa, encarada de forma inteiramente neutra. Paralelamente, a transitividade passa a ser concebida como mera regulação nocional das construções enunciativas.

Apesar disso, C1 não deixa de desempenhar um papel de grande relevância na relação predicativa, na medida em que, dado o seu estatuto de especificador do verbo, se encontra envolvido nas operações quantitativas e qualitativas que determinam as propriedades aspectuais da frase.

O segundo capítulo da primeira parte vai, pois, ser dedicado a uma primeira abordagem relativa ao papel semântico que o Objecto desempenha no domínio aspectual.

Para tal, são-nos primeiramente apresentados conceitos como os de Aspecto e Aktionsart. A autora discute a pertinência do estabelecimento de uma fronteira clara entre Aspecto Gramatical e Aspecto Lexical. Nesse sentido, observa as interacções que se estabelecem entre a oposição perfectivo vs. imperfectivo e o funcionamento das diversas classes aspectuais de predicacões. Na medida em que se reconhece a existência de uma interdependência recíproca e dinâmica entre os componentes lexicais e gramaticais, é tomada a opção por uma visão global dos fenómenos aspectuais. O aspecto será, assim, concebido como o produto complexo de um conjunto de factores que contribuem de forma indissociável para a determinação do perfil temporal interno da predicacão. Esta tomada de posição permite colocar em evidência o carácter composicional que se constitui como uma das propriedades fundamentais para a identificação da categoria Aspecto.

Na sequência destas observações, a autora analisa os diversos factores envolvidos na determinação do aspecto global de uma predicacão, destacando a importância da contribuição do Sujeito, das propriedades dos verbos, da presença e natureza de sintagmas preposicionais, de certos adverbiais temporais, sem esquecer, naturalmente, o papel desempenhado pelo Objecto Directo. Nessa medida, reconhece-se a necessidade de proceder a um cálculo dinâmico de interdependências que ultrapasse a mera soma das contribuições isoladas de cada constituinte, de acordo com o princípio da composicionalidade.

Finalmente, é prestada alguma atenção ao contributo dado pelo Objecto Directo em estreita ligação com a noção de telicidade. São revistas algumas

propostas que, na literatura, ligam as propriedades referenciais do SN Objecto Directo (em particular o seu carácter contável ou não contável) à interpretação télica ou atélica das predicacões em que comparece. No entanto, são aduzidos argumentos que conduzem à consideração de que o conceito de telicidade se revela, em certos aspectos, algo insuficiente.

É igualmente explorado o conceito de papel aspectual, como forma de articular a relação entre o verbo e as propriedades semânticas dos argumentos com que se combina. Assim, certos tipos de argumentos podem conferir um término, um percurso ou uma medida à eventualidade que integram. Torna-se, neste contexto, necessário investigar a contribuição dos Objectos Directos para a caracterização aspectual das predicacões. Tanto a natureza do objecto (i.e., o seu cariz massivo ou contável) como o tipo de determinação associado ao SN em questão vão ser de crucial importância para a computação aspectual global das eventualidades.

A fechar o capítulo, reflecte-se sobre a proximidade existente entre a determinação verbal e a determinação nominal. Tomando a tricotomia discreto – denso – compacto como ponto de partida, observa-se como esta se revela perfeitamente adequada para dar conta de aspectos relevantes tanto para o domínio nominal quanto para o verbal, podendo, por conseguinte, ser utilizada como uma estratégia de unificação para as duas realidades em apreço.

Como ilustração da transcategorialidade que aqui é defendida, são consideradas duas formas de paralelismo entre o domínio nominal e verbal: (i) a partilha de propriedades aspectuais que se verifica entre as predicacões com núcleo verbal e as nominalizações que delas podem ser derivadas e (ii) a relação estreita entre nomes e verbos no que respeita à composição aspectual global da predicacão, com reflexo bastante evidente em noções como a de incrementalidade ou a de homomorfismo.

Após a discussão aprofundada dos conceitos básicos de Objecto e de Aspecto, que, como acabámos de ver, constitui o objecto central da Parte I, a segunda parte do presente trabalho irá debruçar-se sobre os diferentes tipos de relações que se podem estabelecer entre a determinação verbal e C1.

No primeiro capítulo da segunda parte procura-se explicitar o conceito de determinação verbal, considerada como uma operação de determinação e localização relativamente a um sistema de coordenadas enunciativas. Nesta perspectiva, deixa de fazer sentido falar de determinação nominal e de determinação verbal enquanto domínios separados ou autónomos, na medida em que ambos interagem dinâmica e indissociavelmente na construção referencial do enunciado. Argumenta-se, por conseguinte, em favor de uma visão transcategorial e transversal da determinação, concebida como operação geral de quantificação / qualificação sobre o enunciado.

O segundo capítulo apresenta-nos a tricotomia discreto – denso – compacto na construção de ocorrências de processo. Inicialmente concebida para descrever diferenças no interior do domínio nominal, a oposição em causa é alargada ao domínio verbal, demonstrando-se a sua operatividade para dar conta de importantes divergências ao nível aspectual. Defende-se, em parti-

cular, que os diferentes tipos de formatação considerados podem revelar-se de grande utilidade para a compreensão do papel de C1 no todo da predicação e para a sistematização dos valores que este pode revestir, tendo em conta o tipo de operações (de natureza quantitativa e qualitativa) em que se encontra envolvido. Sublinha-se, mais uma vez, a importância que C1 pode assumir na estruturação temporal interna da predicação, nomeadamente o impacto da presença vs. ausência do Objecto ou a natureza da formatação da ocorrência do nominal que instancia C1, dada, sobretudo, pelo tipo de determinação que lhe está associado.

O terceiro capítulo é inteiramente dedicado à análise de configurações em que se manifesta o funcionamento compacto das situações. A formatação compacta de eventualidades é concebida como incapaz de estabelecer qualquer tipo de delimitação, seja intrínseca, seja situacionalmente. Nessa medida, a formatação compacta é-nos apresentada como uma realidade puramente qualitativa, em que apenas se verifica a atribuição de propriedades a C0. Na formatação compacta são atribuídas propriedades fora de qualquer tipo de ancoragem ou de localização situacional, verificando-se apenas a instanciação da noção. Defende-se a ideia de que a formatação compacta depende da conjugação de diferentes factores, nomeadamente a ruptura da localização tipicamente fornecida pelo Presente do Indicativo e uma não delimitação do domínio nocional. A não instanciação de C1 é igualmente encarada como fundamental, dado que qualquer tipo de fragmentação ao nível do domínio nocional acarretaria obrigatoriamente a sua delimitação.

No sentido de ilustrar o funcionamento compacto, a autora procede ao estudo de nomes derivados em -or que, em contexto predicativo com determinante 0 e na ausência de qualquer tipo de complementos, parecem atribuir directamente propriedades a C0, na medida em que, nestas circunstâncias, não se verifica qualquer tipo de fragmentação do domínio.

Defende-se seguidamente que, sempre que C1 se encontra representado, a atribuição directa de propriedades é automaticamente bloqueada. Uma tal tomada de posição é justificada pela ideia de que C1 opera obrigatoriamente um qualquer tipo de fragmentação no domínio. Em consequência, postula-se uma distinção entre construções de atribuição de propriedades, associadas à formatação compacta, e estruturas de tipo habitual, que realizam uma formatação de tipo denso. Propõe-se, pois, que C1 opera sempre quantitativamente sobre a predicação, não permitindo interpretações puramente qualitativas.

São também apresentados alguns exemplos tradicionalmente considerados como de Objecto nulo que correspondem, afinal, a uma estratégia conducente à atribuição directa de propriedades a C0, sendo proposto que, nestes casos, a ausência de C1 é requerida para a homogeneidade qualitativa do domínio nocional. Assim, não estaríamos perante Objectos vazios, mas antes face a configurações diferenciadas que promovem interpretações independentes. Nesta perspectiva, a oposição entre verbos transitivos e intransitivos passa para segundo plano, na medida em que todos os verbos permitiriam a instanciação ou a não instanciação de C1, em conformidade com o tipo de formatação seleccionado.

Exploram-se ainda casos em que a expressão da formatação compacta implica alguma forma de graduação ou de intensificação, fazendo-se igualmente referência a verbos que não se revelam compatíveis com este tipo de perspectivização, em particular porque C1 tem de estar obrigatoriamente representado na predicção.

Em seguida, são investigadas as propriedades que caracterizam as nominalizações com sufixo -or em contexto predicativo, sendo defendida a ideia de que existe uma relação próxima entre a possibilidade de derivar este tipo de nominalizações e a viabilização de ocorrências de formatação compacta de situações associada às formas verbais que lhes dão origem.

O terceiro capítulo fecha com uma síntese da investigação levada a cabo até ao momento, destacando-se a ideia central de que C1 opera obrigatoriamente um qualquer tipo de partição no domínio, sendo, por conseguinte, totalmente incompatível com a expressão da formatação compacta.

No quarto capítulo, a autora volta a sua atenção para os casos que instanciam a formatação densa. Nesse sentido, observa que a formatação densa é aquela que revela maior instabilidade enunciativa, na medida em que supõe alguma tensão entre valores quantitativos e qualitativos. A interacção entre determinações internas e determinações externas irá, na maioria dos casos, permitir a estabilização das enunciações.

Partindo da análise de nominais que instanciam este tipo de estrutura, reconhece-se que a formatação densa corresponde a um caso intermédio e instável em que nem quantificação nem qualificação são predominantes. Para estabilizar este género de configurações será fundamental a consideração de determinações extrínsecas, nomeadamente no que diz respeito ao estabelecimento de localizações situacionais. O papel desempenhado pelos vários tipos de modificadores em ocorrências de natureza densa será, pois, de grande relevância para a sua estabilização.

Em 4.2. são tratados alguns exemplos de situações de natureza densa em que C1 não se encontra representado. Aqui a estabilização enunciativa pode ser propiciada por diferentes elementos linguísticos. É o caso de adverbais temporais e quantificacionais em estruturas que exprimem habitualidade ou de tempos gramaticais, como o pretérito perfeito, que localizam a situação no eixo temporal em estruturas que dão conta de processos episódicos. Estes casos ilustram a importância das determinações externas no que toca à fragmentação do domínio nocional e no que respeita à estabilização deste género de ocorrências através da sua ancoragem situacional.

Como mais uma ilustração da grande relevância que os factores de determinação externa manifestam na estabilização de ocorrências, a autora concentra a sua atenção no funcionamento dos adverbais temporais introduzidos por *durante* e *em*. É sustentada a ideia de que os referidos adverbais temporais interferem efectivamente na construção das eventualidades em que participam, funcionando como estabilizadores de formatação densa.

Conclui-se, por conseguinte, que são vários os factores que, numa relação de interdependência, contribuem para a estabilização dos predicados densos. A estabilidade constitui-se como uma condição necessária no que se

refere ao funcionamento denso de uma enunciação e, no que às configurações de natureza verbal diz respeito, depende, tipicamente, da articulação entre determinações internas (papel desempenhado por C1 na relação predicativa) e determinações externas (elementos linguísticos que propiciam a ancoragem situacional).

Finalmente, no quinto capítulo, é estabelecida a distinção entre telos enunciativo e telos nocional, o que irá abrir caminho para a fundamentação da separação entre formatações densas e discretas ao nível da predicação. Um telos nocional é construído a partir das propriedades primitivas das noções envolvidas, em particular das propriedades dos nominais que instanciam C1. Por seu lado, o telos enunciativo encontra-se dependente de um vasto conjunto de operações enunciativas de cariz temporal, aspectual, quantitacional, que, em interacção dinâmica, constroem um ponto terminal; esse término, no entanto, terá de ser encarado como extrínseco à relação predicativa básica. Apenas o telos nocional, que assenta na correlação entre o verbo e C1, licencia o surgimento de um estado resultante. Na construção de predicações discretas, a fronteira final é conferida pela comparência de um telos nocional. Caso esse telos nocional não esteja presente, sendo substituído por um telos enunciativo, o resultado final será uma predicação de tipo denso. Assim, a presença e as características intrínsecas de C1 vão ser fundamentais para a obtenção de situações de natureza discreta, na medida em que é a construção do Objecto que condiciona a existência de um ponto terminal inerente ou telos nocional.

Tomando em consideração a interacção entre as operações qualitativas e quantitativas envolvidas, torna-se finalmente possível integrar as diferentes classes aspectuais de predicações na tricotomia discreto – denso – compacto. Assim, os estativos, na medida em que não ostentam qualquer tipo de fronteiras, configuram operações qualitativas, inscrevendo-se na formatação compacta. Já as actividades, cujas fronteiras são construídas extrinsecamente, remetem para a formatação densa. As eventualidades que, de alguma forma, integram um telos nocional, i.e., *accomplishments* e *achievements*, são tipicamente associadas a um funcionamento discreto. Sublinhe-se, no entanto, que, segundo esta perspectiva, a noção de recategorização de situações deixa de fazer sentido, na medida em que o valor aspectual de um enunciado é avaliado como uma construção enunciativa global, não sendo conferidas *a priori* propriedades aspectuais a cada uma das partes que o constituem.

A terceira parte do presente trabalho é inteiramente dedicada ao estudo do papel desempenhado por C1 na estruturação aspectual das predicações. Na realidade, vai ser defendida a ideia de que os diferentes estatutos que C1 pode assumir terão impacto directo na caracterização aspectual das eventualidades.

No primeiro capítulo é prestada alguma atenção à determinação no interior do domínio nominal e o impacto que esta tem na caracterização global da predicação. São igualmente apresentados e discutidos alguns conceitos e oposições importantes para a clarificação do papel de C1 no todo da predica-

ção como os de operação de construção vs. operação de especificação; ocorrências nocionais vs. ocorrências situacionais; singularização vs. discernibilidade.

A autora passa, em seguida, à análise de diferentes configurações associadas a C1 e ao seu impacto no que respeita à caracterização aspectual da predicação, sendo conferido especial destaque ao papel desempenhado pela determinação nominal neste processo.

Assim, no capítulo 2, é discutida a função desempenhada por C1 com estatuto de especificador. C1 especificador é caracterizado como um elemento, não necessariamente único, que, entre outros possíveis, promove a actualização do grupo de instanciáveis. Isto significa que C1 especificador não contribui para a delimitação aspectual da predicação, sendo a localização situacional a responsável pela formatação densa dos enunciados.

C1 especificador é caracterizado como pertencendo obrigatoriamente à ordem das entidades de tipo denso, sendo, no Português, tipicamente associado a um determinante zero.

Já C1 com estatuto de delimitador, que é analisado no capítulo 3, estabelece com a predicação uma dupla relação localizadora de construção e de especificação. Neste caso, não se trata apenas de actualizar um elemento indiferenciado da classe de instanciáveis mas antes de proceder a uma operação de identificação. Nesse sentido, C1 delimitador apresenta sempre um valor de referência único. Participando activamente na localização da situação, C1 delimitador tem um papel aspectual relevante: na medida em que estrutura o domínio nocional da relação predicativa, promove a formatação discreta da eventualidade em que ocorre.

C1 delimitador pertence tipicamente à ordem das entidades de tipo discreto, sendo em Português associado à determinação estabelecida pelo artigo definido.

Ao construir uma fronteira de completamento que pode ser ou não atingida, um valor de mira, C1 delimitador vai permitir alargar a discussão do conceito de telicidade. Nessa medida, propõe-se a substituição da divisão binária rígida entre tónico e atónico pelo conceito de teleonomia. A teleonomia é-nos apresentada como uma construção de valor modal cujos resultados se encontram na estrita dependência do todo da enunciação. A natureza modal associada ao conceito de teleonomia permite dar conta das interacções que se estabelecem entre C1 delimitador e outros tipos de elementos linguísticos que eventualmente remetam para a suspensão do atingir da fronteira final. Será esta interacção entre determinações internas e determinações externas que nos irá ajudar a compreender melhor o designado paradoxo do imperfectivo.

Seguidamente é explorado um terceiro estatuto associado a C1: C1 quantificador. Envolvendo tipicamente a determinação por meio do indefinido singular, C1 quantificador remete para as operações de singularização e de discernibilidade. Nessa medida, C1 quantificador contribui para a formatação discreta da predicação em que comparece. No entanto, tendo em conta que, nestes casos, não se verifica qualquer delimitação, não é possível a con-

cretização de um estado resultante. C1 quantificador limita-se, pois, a construir uma operação de extracção ou de singularização, diferindo, nesse sentido, de C1 delimitador que licencia a ocorrência de um estado consequente. O contraste de funcionamento entre estes dois estatutos de C1 é sobretudo visível ao nível do seu comportamento no contexto do pretérito perfeito composto, de *acabar de* e de *já*.

No capítulo 4 são investigadas outras construções que envolvem C1 quantificador, nomeadamente aquelas em que intervêm os designados nomes de quantidade ou de medida. Os quantificadores procedem a uma operação de extracção no interior do domínio nominal, permitindo a discretização de nominais densos ou o estabelecimento de relações de meronímia quando combinados com nominais discretos. Também nestes casos, C1 quantificador funciona como um singularizador de ocorrências de processo mas não como um delimitador teleonómico, uma vez que não é activado um estado consequente. Os numerais parecem igualmente favorecer uma leitura quantitativa do Objecto em que se encontram integrados.

São ainda abordados os casos em que a operação de determinação é estabelecida ao nível lexical, destacando-se as relações de hiponímia / hiperonímia propiciadas pela comparência de C1 quantificador. Nestas circunstâncias, verifica-se a lexicalização da relação predicativa que se substitui à extracção no interior da classe de instanciáveis.

Independentemente de ostentarem características diferenciadas, os vários estatutos que C1 pode assumir só poderão ser determinados através da sua realização efectiva em cada enunciado concreto.

No sentido de ilustrar a interdependência que se verifica entre determinações internas e determinações externas ao nível da caracterização aspectual das situações, a autora investiga o funcionamento do marcador *até*. *Até* constrói um percurso ao longo de um dado intervalo e uma fronteira final que, no entanto, é extrínseca em relação à entidade sobre a qual incide a operação. Assim, embora marque uma fronteira ou limite, *até* não comporta em si valores de teleonomia, não determinando, por conseguinte, a formatação da predicação. Um tal papel continua a ser desempenhado por C1. Isto significa que o marcador *até* e C1 interagem dinamicamente na construção do valor aspectual da predicação em que se encontram representados.

O último capítulo da terceira parte é dedicado ao papel desempenhado por C1 em operações de natureza estritamente qualitativa. É o que se passa, por exemplo, com os objectos cognatos que, tipicamente, são acompanhados de um modificador. Nestes casos, verifica-se uma falsa extracção centrada numa propriedade diferencial qualitativamente relevante; C1 não opera uma verdadeira discretização, remetendo apenas para uma alteridade qualitativa. Como consequência, os objectos cognatos funcionam qualitativamente, na medida em que predicam sobre C0, não tendo influência directa sobre caracterização aspectual da predicação que se inscreve no funcionamento compacto.

Um outro caso em que o Objecto não influi na determinação aspectual da predicação parece ser aquele em que C1 funciona unicamente como

suporte de uma predicação sobre C0. Também aqui não se verifica a fragmentação do domínio e, assim, a eventualidade inscreve-se na formatação compacta.

A quarta e derradeira parte da obra é dedicada à relação que se estabelece entre C1 e a noção de estado resultante.

No primeiro capítulo são analisados e discutidos os diferentes valores que o marcador *já* pode assumir, dependendo do contexto em que ocorre. Assim, em combinação com o Presente do Indicativo, *já* constrói uma transição ou fronteira entre duas classes de instantes em que são validados dois estados de coisas divergentes; *já* actua ao nível do domínio temporal. Com o Presente do Indicativo, C1 especificador não altera significativamente o valor temporal da construção. Pelo contrário, a instanciação de C1 delimitador promove a singularização da eventualidade, favorecendo uma interpretação em que *já* remete para a imediatez.

No contexto do Pretérito Perfeito, *já* assume um comportamento bastante diferente. Expressa, tipicamente, a singularização de uma situação num conjunto de instantes relevante. Quando se combina com C1 delimitador, *já* estabelece o intervalo de tempo ocupado pelo estado resultante. A instanciação de C1 delimitador implica a ocorrência singular e discreta de uma situação; *já* facilita a construção de um intervalo semi-aberto em que o estado resultante validado por C1 decorre. A instanciação de C1 especificador anula a construção de ocorrências singulares, favorecendo, pelo contrário, uma interpretação em que obtemos um conjunto de situações que se repetem, i.e., uma leitura de tipo iterativo. *Já* constrói um intervalo em que é validada a existência de um número indeterminado de ocorrências de uma dada eventualidade com duração ou relevância actual.

O último capítulo deste trabalho é inteiramente dedicado à caracterização da noção de estado resultante. Com base no estatuto de C1, é estabelecida a diferença entre estado resultante e estado contíguo. Em seguida, é prestada alguma atenção à expressão linguística da resultatividade, em particular através das construções C1 + *estar* + Particípio Passado flexionado e *ter* + C1 + Particípio Passado flexionado. Defende-se uma relação estreita entre a teleonomia, a presença de C1 delimitador e a construção de um estado resultante.

Em suma, não temos quaisquer dúvidas em afirmar que o presente trabalho nos traz uma contribuição de inegável relevância para uma melhor compreensão de diferentes fenómenos linguísticos. Em particular, oferecemos novas perspectivas de análise que possibilitam um conhecimento mais aprofundado no que diz respeito à redefinição do conceito de Objecto e aos fenómenos aspectuais que a ele se encontram ligados. Ao investigar os diversos estatutos que C1 pode assumir, as configurações que os SNs que actualizam o Objecto podem revestir, bem como o seu impacto no que se refere à interpretação aspectual das predicções, esta obra permitiu-nos ter uma visão renovada sobre as relações entre determinação nominal e determinação verbal. A transcategorialidade que aqui é assumida conduz-nos, por

outro lado, a encarar os diferentes factores linguísticos como participantes indissociavelmente interligados na construção do enunciado.

Se é certo que nos são fornecidas respostas esclarecedoras para muitas das problemáticas abordadas, não deixam, contudo, de subsistir desafios e questões em aberto que próximos trabalhos precisam de ter em conta. Destacaremos, em seguida, três interrogações que a presente análise suscitou e que poderão ser objecto de investigação futura.

Um primeiro desafio prende-se com o estatuto do argumento seleccionado pelos verbos inacusativos. Se, na linha da definição puramente posicional que aqui é proposta, o concebermos como C0, a análise parece não fornecer quaisquer pistas para uma explicação adequada das diferenças notórias, em termos de comportamento linguístico, que se observam entre os SNs que o realizam e os sujeitos de verbos inergativos. Mais problemático ainda parece ser o facto de que os argumentos de verbos inacusativos desempenham um papel relevante na determinação aspectual da predicação em que comparecem, na medida em que, nas circunstâncias adequadas, licenciam um estado resultante, aproximando-se, neste aspecto, dos C1s com estatuto de delimitador (cf. “O gato morreu”, “O gato está morto”; “O jogador caiu”, “O jogador está caído”; “O barco encalhou”, “O barco está encalhado”). Se, pelo contrário, assumirmos que o argumento dos verbos inacusativos é, na realidade, C1, então uma definição estritamente posicional deste conceito terá de ser definitivamente abandonada.

Um segundo desafio prende-se com a grande heterogeneidade que se pode constatar no interior do domínio denso ao nível das eventualidades. Na realidade, é defendido que tanto estruturas envolvendo habitualidade (cf. “O João estuda matemática todos os dias”), quanto ocorrências situacionais singulares indeterminadas (i.e., os processos, na terminologia de Moens (1987); cf. “O João correu durante meia hora”) configuram a formatação densa. Um tal facto deixa sem resposta a questão relativa ao papel aspectual que a quantificação sobre situações desempenha no sistema delineado. Por outras palavras, como poderá a hipótese desenvolvida ao longo deste trabalho acomodar os efeitos aspectuais que a quantificação sobre situações (por exemplo, através da expressão da habitualidade) acarreta para as interpretações finais dos enunciados?

Finalmente, será interessante reflectir sobre as propriedades aspectuais de construções como “O João vende livros” (no sentido de “O João é vendedor de livros”) ou “A minha impressora imprime folhas A3” (no sentido de “A minha impressora tem a capacidade de imprimir folhas A3”). Pertencerão estas configurações ao domínio compacto ou ao denso? Caso a opção seja pela formatação compacta, qual o papel desempenhado por C1 nestas estruturas? Pelo contrário, caso sejam integradas na formatação densa, quais poderão ser as propriedades, em termos aspectuais, que nos permitem distingui-las de enunciados como “O João fuma”, inequivocamente situados no domínio compacto? Ou seja, se, em termos puramente teóricos, a divisão entre formatação densa e formatação compacta de situações poderá não suscitar grandes dúvidas, importa esclarecer, ao nível empírico, quais os com-

portamentos linguísticos que caracterizam cada um dos domínios e que, na prática, permitem estabelecer a distinção entre ambos.

Como conclusão, diremos que, ao fornecer perspectivas inovadoras relativamente ao estudo do conceito de Objecto, da sua relação com o Aspecto e das interacções que se estabelecem entre os domínios nominal e verbal, esta obra será de grande interesse não só para investigadores na área da semântica e da linguística em geral, mas também para estudantes, professores de Português e todos quantos se interessem pela caracterização e pelo funcionamento deste tipo de estruturas da língua.